

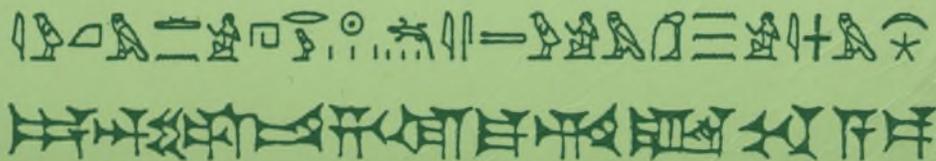
# CADMO

Revista do Instituto Oriental  
Universidade de Lisboa

2



E D I C I O E S  
C O S M O S



(15) Um encontro que teve sobretudo a heterogénea participação de arqueólogos, pré-historiadores e um traciólogo, entre outros, com artigos e comunicações muito diversas, notando-se nalguns deles como as alusões ao Egipto são estranhamente e superfluamente medidas à força.

(16) Ver «Colecções Egípcias em Portugal», in *Cadmo*, n.º 1, 1991, pp. 237-239. Além disso os seus docentes têm participado em várias conferências, encontros e seminários onde divulgam temas de história e cultura pré-clássica, visando sobretudo grupos e meios não universitários.

(17) A tese defendida apresentou-se com o título de «O sufixo verbal não-acusativo em hebraico antigo no contexto semítico do Noroeste».

(18) Um aspecto desse desenvolvimento patenteia-se nas já mencionadas revistas *Hathor. Estudos de Egiptologia* (com direcção de Maria Helena Trindade Lopes) e *Cadmo* (com direcção de José Nunes Carreira). Mais engrandecida e apoiada ficará a área quando começarem a ser publicados os volumes de uma nova colecção de História e Cultura Pré-Clássica chamada «Orientalia Lusitana», da autoria de docentes do Instituto Oriental da Faculdade de Letras de Lisboa, numa acção patrocinada pelas Edições Cosmos. Prevê-se para 1993 a saída dos dois primeiros títulos da colecção: *História Antes de Heródoto* (de José Nunes Carreira) e *O Clero de Amon no Antigo Egipto* (de Luís Manuel de Araújo).

Registe-se também a saída, prevista para breve, de uma colecção vocacionada para «Temas de Egiptologia», onde se incluirão, para já, dois títulos, da autoria do signatário: *Egipto: As Pirâmides do Império Antigo* e *Estudos sobre Erotismo no Antigo Egipto*. A referida colecção integra-se no plano editorial das Edições Colibri. Acrescente-se ainda a publicação de um útil e muito necessário guia de estudo da autoria de José Nunes Carreira: *Introdução à História e Cultura Pré-Clássica* (que a Europa-América prevê editar em finais de 1992).

(19) In *Um Rumo para a Educação*, Cadernos República, Ed. Gráfica Portuguesa Ltd., Lisboa, 1974.

**Luís Manuel de Araújo**

## **TEXTOS LEGAIS DE NÍNIVE**

Mais um volume da série SAA foi editado durante 1991 pela Helsinki University Press, sob a orientação de Theodore Kwasman e Simo Parpola e intitulado «Legal Transactions of the Royal Court of Niniveh — Part I (Tiglath-Pileser III Through Esarhaddon)».

Composto por textos dos reinados de Sargão II e dos primeiros reis, e dos de Senaqueribe e Assarhadon, é completado pelos já

tradicionais glossário e índices — por nome, assunto, e textos. Para além de quadros de verificação entre a transliteração e o símbolo cuneiforme, listas que arrumam os documentos pelos seus títulos ou pelo número de publicação ou de museu.

A parte principal dos textos editados no presente volume, o sexto da colecção, teve três edições anteriores, como a *Assyrian Deeds and Documents (ADD)* obra do virar do século, ou a *Assyrische Recht-surkunden (AR)* de 1913.

Recentemente, em 1988 publicou-se a *Neo-Assyrian Legal Documents in the Kouyunjik Collection of the British Museum (NALK)*.

À parte o seu significativo interesse para o estudo das práticas legais no Império Assírio, o *corpus* de Nínive é provavelmente a mais importante fonte histórica, porquanto provém do palácio da capital assíria, no apogeu do seu poder. E relata a condução dos negócios pelo grupo social dirigente do Império. Por regra, cada documento termina com uma lista de testemunhas, muitas das quais pertenciam também à elite dominante.

Um tal corpo de textos é de suprema importância para o estudo da prosopografia, cronologia e história sócio-económica do referido período. A presente edição é mais orientada enquanto pesquisa do que as anteriores *ADD* e *AR*. A utilização dessas edições provou ser incómoda e prolongada, pois de um ponto de vista arquivístico os textos estão muito separados uns dos outros e nessas edições não existiam índices adequados. Enquanto na *NALK* a maioria dos «arquivos» não só é em escasso número (um ou dois textos) como estão guardados em função do proprietário dos mesmos, e não cronologicamente, o presente volume apresenta uma nova e diferente organização, e uma edição crítica que permite um acesso mais fácil e melhor para o fim da pesquisa histórica.

Os textos jurídicos de Nínive pertencem, enquanto subgrupo de relevante importância, a um conjunto de *corpus* de documentos legais neo-assírios — centenas de documentos similares recuperados noutros locais na Assíria. Formalmente não existe distinção entre os de Nínive e os de outras proveniências. Contudo, ainda não foi efectuada uma discussão relativamente aos textos de Nínive enquanto um todo, embora estes provenham dos tempos iniciais da arqueologia no Médio Oriente.

O conteúdo dos textos deste volume aponta imediatamente para dois tipos principais — documentos de compra e documentos de empréstimos: empréstimos de dinheiro, cereal, animais ou vinho, aquisições de propriedades fundiárias e de escravos por pessoas de

importância fulcral naquela sociedade. Outros tipos de documentos muito escassamente representados no *corpus* incluem algumas, na verdade poucas, decisões de tribunal relacionadas na maior parte com assuntos económicos. Curiosamente, a maioria das importâncias estão mencionadas em *minas*. Os textos registam transacções entre pessoas muito opulentas onde se destacavam os cocheiros reais e os guarda-costas, que facilmente ultrapassavam os restantes elementos também mencionados através do volume de investimentos e do nível dos gastos.

Estes «novos ricos» parecem ter gasto o seu dinheiro principalmente na acumulação de terras e em escravos por toda a Assíria. Adquiriam ainda vinhas e emprestavam dinheiro (1).

Não devemos nunca esquecer as questões metodológicas, porquanto os termos levantam por vezes questões insuperáveis.

Lembremo-nos das palavras de D. O. Edzard: «On retombe toujours de l'histoire em pleine philologie.» (2) É um alerta para a interdisciplinaridade entre filólogos e historiadores, especialmente para se tentar obter trabalhos de índole social e económica (3).

Nos textos apresentados a expressão que levanta alguma polémica é *mār šarri* literalmente traduzida por «filho do rei» (4).

Certamente que esta colecção mantém a sua inegável importância até porque interessa um referencial diverso do da tradicional Babilónia.

As relações entre as grandes instituições desenvolveram-se de forma diversa de região para região em função das especificidades de cada uma. Os reis da Assíria nunca alienaram legalmente os seus domínios, os quais nunca foram tão vastos como os de Babilónia, no que respeita aos templos, por exemplo.

Estes quiseram conservar o controlo das terras, concentrando, assim, o poder no país. (5) O rei era o *sangû*, ou seja, o «administrador de Assur», e tinha por função aumentar o domínio territorial do deus. Mas não renunciou aos seus direitos em proveito dos templos. Mesmo quando a influência babilónica se fez sentir na organização religiosa da Assíria, não apagou as tendências tradicionais profundas.

O rei permaneceu o principal dispensador dos recursos cultuais. Ele assegurava os sacrifícios e a manutenção do pessoal religioso através das antecipações efectuadas sobre as rendas dos domínios que são os dos deuses, os tributos dos países submetidos à autoridade do deus nacional eventualmente o espólio apreendido aos inimigos de Assur.

Era através do poder centralizado do seu administrador que Assur exercia a sua autoridade sobre o mundo. Assim se compreende melhor o expansionismo assírio. O interesse no alargamento da soberania da Assíria interessava não só aos altos funcionários, que viviam dos rendimentos das suas províncias, mas também aos templos, que viviam dos rendimentos da coroa. A conquista obtinha desde logo uma aprovação religiosa particularmente vigorosa. O alargamento territorial foi querido a muitos monarcas, e o rei na Assíria intitulava-se mesmo de «o dilatador das fronteiras e do território». As vantagens desta política de conquista para uma instituição como o templo advinham do facto de que o rei assegurava o essencial do abastecimento dos templos e o abastecimento dos mesmos. Todavia, a situação evoluiu a partir de reis como Shamshi-Adad, e sobretudo de Adad-nirari III, que proclamaram actos de privilégios a favor dos templos <sup>(6)</sup>.

Os reis assírios intervieram por várias vezes em locais exteriores como Babilónia a partir de 850 a. C., quer para restabelecer a ordem ao apelo do soberano desse país, quer para se lhe oporem.

Nessa época existiam três poderes em Babilónia: o poder real que tinha o seu centro na região de Diyala e na região de Dêr; o poder das cidades-santuário administradas por cidadãos que fruía de privilégios; e o poder dos Caldeus no Sul, o qual começa a demonstrar independência. Os reis assírios foram sempre bem recebidos nas cidades da planície, onde, aliás, costumavam fazer peregrinações, e poder-se-á crer que tenham começado a levar para a Assíria sistemas organizativos próprios dessas regiões, como a dos templos babilónicos.

As grandes cidades de Babilónia, como Borsippa e Kuta, eram dirigidas por cidadãos portadores de privilégios, como indica o rei Salmanassar III, e mesmo se as possessões dos templos não eram tão desenvolvidas como as que conhecemos nos documentos da época neobabilónica, elas existiam visivelmente. É precisamente dessa época que datam os primeiros actos de franquia assírios. O sistema refere-se a terras francas, sabendo-se, por exemplo, que o *abarakku* de Assur <sup>(7)</sup> estava dispensado das rendas anuais devidas ao Estado, ficando este encarregado de sustentar o templo, o que lhe podia deixar uma certa margem de benefícios; o rei não tinha mais que assegurar as rendas religiosas e o deus continuava a receber o que lhe era devido.

Alguns autores falam mesmo da influência do «sistema babilónico de organização de santuários» na realidade assíria. Contudo Paul

Garelli discorda desta posição, afirmando que o rei mantinha a posição essencial no culto <sup>(8)</sup>.

Por tudo o que ficou dito, este é mais um volume de uma coleção que nos permitirá formular uma melhor imagem da história da grande potência que foi a Assíria no seu auge de poder, nos vários níveis desde o cultural, o diplomático, o social e o económicos, entre outros.

Aguardemos, mais uma vez, os volumes seguintes de *State Archives of Assyria*.

### Notas

(1) «Other members of the ruling elite could borrow considerable sums of money and other commodities for no interest, and the interest rates prescribed in loans of this type in the event of nonpayment could be ridiculously low compared with the rates applying in normal loans of the period. (...) This shows that the documents are to be taken as true loans and not, e.g., as retail or wholesale contracts. For if the owner of the wine was interested in simply converting the wine into money, why would the other party not have been required to sell it in Niniveh in the first place, where it obviously would have fetched a better price?

One possible explanation for this type of loan could be that the recipient was a member of the ruling class urgently needing the wine for a particular purpose, e.g. a party for a large number of guests. Buying the wine at a local store in Nineveh would have cost fortunes and was in fact, unnecessary since the colleague, by virtue of his office, was in control of large quantities of palace wine from which the need could be supplied without any difficulty.

By the repayment deadline the debtor would have had time to acquire the quantity of loaned wine cheaply from elsewhere. Should this prove impossible, he would still have lost nothing: the prescribed 'penalty' was simply the amount of money he would have had to pay anyway, had he not been able to avail himself of the cheap loan.» Theodore KWASMAN e Simo PARPOLA, *Legal Transactions of the Royal Court of Nineveh, Part I. Tiglath-Pileser III through Esarhaddon*, Helsinki University Press, 1991.

(2) Cf. Dietz Otto EDZARD, «Problèmes de la Royauté dans la Période Présargonique» in *Le Palais et la Royauté*, Paris, Geuthner, 1974, p. 149.

(3) «Bearing in mind that these works will be used by historians and philologists who may be able to evaluate critically the special argumentation and factual foundation, it is important to draw attention to the inadequacy of some proposed constructions. (...) First of all, the author investigates the structure of prices for real property, although she points out at once that her investigation is not very reliable because of the lack of sale documents.

(...) To understand the economic basis of the processes which the author tries to deduce from the documental evidence, she constructs a model of the development of the forms of land use during the period under examination and then correlates this model with the documental evidence.»

Larisa V. BOBROVA e Sergej G. KOSHURNIKOV, «On Some New Works in the Social History of the Old Babylonian Period», in *Altorientalische Forschungen*, 16, 1989, 1, pp. 51-52.

(4) Cf. Theodore KWASMAN e Simo PARPOLA, *o. c.*, pp. XXVII-XXXIV.

(5) «Même si les possessions des temples babyloniens s'accrurent sous la dynastie chaldéenne, la différence reste instructive: les rois d'Assyrie ont voulu conserver le contrôle des terres. Ce qui ressort de cette rapide analyse c'est l'extrême concentration du pouvoir en Assyrie.» Paul GARELLI, «Les Temples et le Pouvoir Royal en Assyrie du XIV e au VIII<sup>e</sup> Siècle», in *Le Temple et le Culte*, p. 124.

(6) Acerca desta problemática ver Paul GARELLI, *o. c.*, pp. 116-124. Merece especial atenção o que respeita ao ritual dito de «coroação», relação deus-rei/soberano-administrador.

(7) Titular de uma terra franca.

(8) «Même lorsque l'influence babylonienne s'est fait sentir dans l'organisation religieuse, elle n'a pas effacé ces tendances profondes. Le roi est resté le principal dispensateur des ressources culturelles», Paul GARELLI, *o. c.*, p. 124.

**Antônio Ramos dos Santos**